

MERCADO DE TRABALHO SOB O PRISMA DAS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO RURAL: O CASO DO BAIXO JAGUARIBE (CE)

Christiane Luci Bezerra Alves¹

Evânio Mascarenhas Paulo²

11.1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a agricultura brasileira vem esboçando um contínuo processo de transformação de seu panorama. Essas mudanças envolvem a redimen-

1 Professora adjunta do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri e doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente (DDMA) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Contato: chrisluci@gmail.com, (85) 9710-6400.

2 Mestre em Economia rural pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Contato: evanio_paulo@hotmail.com, (85) 9729-9825.

são e redefinição do papel da agricultura na economia brasileira, sob a luz das transformações capitalistas que atingem os sistemas de gestão da produção e do trabalho nos diferentes segmentos da economia. A agenda de transformações envolve, portanto, a ação modernizadora do processo produtivo na cadeia agrícola, conferindo-lhe um caráter mais individualizado e consonante com a lógica de acumulação capitalista, possibilitando maior integração da unidade produtiva primária às redes de produção agrícola e não agrícola. Isso tem permitido o alcance de novas atividades no interior da própria agropecuária. Esse processo está ligado à manifestação de um caráter “pluriativo” nas atividades do setor, principalmente condicionadas pela emergência e multiplicação dos chamados “agronegócios”.

Deste modo, seguindo os ciclos de transformações da agricultura, identificam-se diversos componentes que traduzem as mudanças nas atividades agrícolas e no meio rural como um todo. A análise, além da ótica da produtividade, aponta que as transformações da agricultura têm sido socialmente excludentes, provocando a diminuição abrupta das populações rurais, sendo também ambientalmente prejudiciais aos ecossistemas naturais. Nesse sentido, apesar da elevação da produção, parte considerável da população mundial, inclusive nos países onde a modernização tecnológica tem sido mais intensa, não consegue sequer atingir os limites alimentares mínimos (SCHNEIDER; NAVARRO, 2006, p. 1).

O comportamento do mercado de trabalho, subordinado às lógicas das relações de produção, passa a ser ditado pelo movimento dos fenômenos que afetam o paradigma agrícola, traduzindo-se em elevação contínua da produtividade do trabalho nas tarefas agropecuárias. A esse respeito, Silva (1998) enfatiza que, em função das mudanças nas unidades produtivas agropecuárias, duas grandes transformações ocorrem no mercado de trabalho agrícola: i) nova divisão do trabalho no interior das unidades familiares, liberando alguns membros das famílias para se ocuparem de outras atividades, alheias à sua unidade produtiva; ii) os membros da família que já conduziam individualmente a atividade agrícola têm o seu tempo de trabalho reduzido, de tal sorte a possibilitar a combinação da produção agrícola na sua unidade com outra atividade externa, agrícola ou não.

Silva (1998) afirma, ainda, que a diferença entre os termos está na unidade de análise: o primeiro diz respeito às famílias e seus membros; o segundo se refere ao estabelecimento agropecuário, observando-se o tempo dedicado a ele pelas pessoas envolvidas nas atividades agropecuárias. Desse modo, no primeiro caso, os indivíduos liberados pelo processo de modernização/mecanização da produção mantêm sua estrutura domiciliar ligada ao meio rural, mas deslocam sua força de trabalho para atividades não necessariamente agrícolas, ampliando e consolidando uma categoria de indivíduos rurais que exercem atividades não agrícolas. A forma de inserção desse trabalhador no mercado de trabalho não agrícola, em muitos casos, dá-se de forma precária, devido às mais frágeis

condições de qualificação dessa mão de obra. No entanto, isso não significa o rebaixamento do padrão de qualidade das ocupações em relação ao trabalho na agricultura, pois a estrutura produtiva agrícola anterior ao processo de modernização revela indícios de precarização muito mais intensos quando comparada aos setores não agrícolas.

Nesse sentido, as conclusões de Balsadi e Silva (2008, p. 2) ganham relevância ao mostrar em que “os movimentos gerais da agricultura tiveram como resultado o aumento das discrepâncias na qualidade do emprego agrícola entre as diferentes categorias de empregados, reforçando uma tendência de polarização dentro do mercado de trabalho assalariado agrícola”.

Assim, considerando o fato de as ocupações agrícolas diminuírem nos ambientes urbanos, concomitante com o aumento de ocupações não agrícolas, até mesmo no meio rural, percebe-se um claro processo de urbanização para além dos limites das cidades. Para Monte-Mór (2006 apud CORDEIRO NETO; ALVES, 2009 p. 328),

a tese de urbanização extensiva, caso brasileiro que trata de uma “urbanização que ocorreu para além das cidades e áreas urbanizadas, e que carregou com ela as condições urbano-industriais de produção (e reprodução) como também a práxis urbana e o sentido de modernidade e cidadania”. Assim, o urbano no mundo contemporâneo seria “uma síntese da antiga dicotomia cidade-campo, um terceiro elemento na oposição dialética cidade-campo, a manifestação material e sócio-espacial da sociedade urbano-industrial contemporânea estendida, virtualmente, por todo o espaço social”.

Considerando tal cenário, o trabalho em questão pretende desenvolver reflexões acerca das transformações no meio rural na região do Baixo Jaguaribe (CE), sob o prisma do mercado de trabalho. Para isso, são discutidos, inicialmente, aspectos relevantes das novas determinações do meio rural e suas implicações no mercado de trabalho, contextualizando as alterações recentes pelas quais passa a região do Baixo Jaguaribe cearense. A caracterização demográfica e socioeconômica da região é explorada na seção três, seguida, na seção quatro, de um panorama do comportamento do mercado de trabalho na região, a partir de dados dos censos demográficos de 2000 e 2010. Por fim, são feitas as considerações finais deste trabalho.

11.2 A REGIÃO DO BAIXO JAGUARIBE E AS NOVAS DINÂMICAS NO MEIO RURAL CEARENSE

Os anos 1970 na economia nacional são marcados por diversas transformações na estrutura produtiva, que envolvem a consolidação da matriz industrial brasileira, com fortes investimentos na indústria de bens intermediários e de ca-

pital. O modelo de desenvolvimento do período promove alterações na base produtiva que passam a contemplar também fortes modificações na base agrícola, no processo conhecido como “modernização conservadora”, envolvendo reorientações na base técnica e nas relações sociais de produção. O setor primário assume então uma estrutura diversificada e heterogênea, complexa e multideterminada, constituída por diferentes Complexos Agroindustriais (CAIs) (SILVA, 1998). A intervenção pública oferece subsídios para o fortalecimento dos elos da cadeia agroindustrial e sinaliza para ações de implantação de perímetros públicos irrigados por meio de uma política estatal de irrigação.

Nos anos 1980 a crise fiscal do Estado, refletida em sua incapacidade de formular políticas de desenvolvimento e, conseqüentemente, políticas setoriais, terá rebatimentos no ajuste estrutural experimentado pelo setor agrícola. A necessidade de geração de superávits comerciais, da primeira metade da década, redireciona investimentos públicos para culturas de exportação e na segunda metade dos anos 1980, as políticas públicas impulsionam um novo modelo de irrigação, privilegiando a irrigação privada.

Mas é na década de 1990 que esse modelo se consolida e os espaços agrícolas se modernizam na perspectiva de articulação dos modelos locais com a dinâmica internacional globalizada. Nesse cenário, áreas produtivas, “manchas férteis” presentes na região semiárida nordestina, integram-se aos interesses hegemônicos do agronegócio, incorporadas a um novo circuito produtivo de empresas nacionais e estrangeiras, determinando um novo papel na divisão internacional do trabalho agrícola (ELIAS, 2006), em que o desenvolvimento da fruticultura irrigada passa a ser um dos pilares das estratégias governamentais voltadas para o Nordeste. Apesar das históricas adversidades climáticas da região, um conjunto de elementos condiciona-a como espaço de materialização da agricultura científica e do agronegócio globalizado: condições naturais favoráveis à fruticultura, com a presença de solos diversificados e férteis, baixa umidade relativa do ar e luminosidade acentuada; políticas de irrigação; intervenção pública na criação de infraestrutura, com melhorias nos sistemas viários e de escoamento da produção e incentivos fiscais e financeiros, fundamentais para a atração de investimentos externos.

Neste modelo, há um “incremento da oligopolização do espaço agrícola brasileiro, acompanhado de um paralelo processo de sua fragmentação” (GOMES, 2010, p.61), com que as políticas públicas se direcionam de forma seletiva para determinados espaços, promovendo a constituição de “arranjos territoriais produtivos agrícolas” e especializando suas culturas.

Há que se destacar o cenário que caracteriza a economia estadual, marcada, na década de 1990, por uma estratégia de crescimento econômico baseada em medidas de saneamento da máquina estatal e rigoroso ajuste fiscal, investimentos em infraestrutura e uso intensivo de incentivos fiscais e financeiros para atração

de investimentos industriais, que garantiram uma dinâmica consistente de crescimento do produto e emprego industrial cearense.

Para o setor agrícola estadual, os programas implementados tiveram como objetivo a ênfase na modernização da produção agrícola, na consolidação de agropolos e agronegócios, com projetos de irrigação e fortalecimento dos complexos agroindustriais, como forma de propiciar o aumento da renda, produtividade e competitividade no meio rural. Assim, o Ceará também se insere na nova lógica de acumulação capitalista do campo e a “força da modernização capitalista legítima no território do Estado as racionalidades ditadas pelo mercado, erigindo novas organizações espaciais em benefício das trocas globais” (PEREIRA JÚNIOR, 2005, p. 130). Como consequência, o agronegócio como um todo admite uma fração de extrema importância para a economia cearense; estudos demonstram que cerca de “um terço da economia estadual depende do setor agropecuário e de suas conexões” (GUILHOTO; AZZONI; ICHIHARA, 2009, p. 19).

É a partir da regulação desse novo modelo de base econômica e da incorporação de novos perímetros irrigados, voltados para os padrões de competitividade internacional, que a região do Baixo Jaguaribe cearense desponta como uma nova organização espacial de produção capitalista no Brasil, destacando-se como “uma das “manchas” de expansão e desenvolvimento desse mais recente modelo de racionalidade produtiva cearense” (PEREIRA JÚNIOR, 2005, p. 133), sendo beneficiada por um vale úmido próximo à Chapada do Apodi e uma rede hidrográfica de grande importância regional.

Como observam Elias, Muniz e Bezerra (2007, p. 34),

a velocidade das transformações em curso na região do Jaguaribe (CE) pode ser observada pelas metamorfoses das forças produtivas introduzidas pelas empresas agrícolas, das relações sociais de produção, assim como das transformações dos regimes de exploração do solo, com a expansão da exploração direta por parte de grandes empresas agrícolas, nacionais e multinacionais.

Desse modo, a microrregião do Jaguaribe (CE) vem obtendo resultados significativos no setor agropecuário graças, em grande parte, aos programas de fomento das atividades primárias que a ajudaram a se posicionar no cenário interno, e até mesmo internacional, da produção agrícola, baseada principalmente na fruticultura, colocando-se em curso esforços no sentido de promover a viabilidade das empresas ali sediadas.

Um dos pontos de maior destaque na evolução da atividade agropecuária no Baixo Jaguaribe pode ser notado a partir do aumento participativo da microrregião no PIB agropecuário do estado, o qual passa de apenas 7,5% em 2000, passando a representar 13,5% em 2008. A expansão do agronegócio na região também

contribuiu para que ela amplie sua participação no PIB total do Estado: de 2,6% para 3,2%, no período referido. O que reforça a noção de que os programas governamentais de fomento do setor primário colaboraram para esse resultado. Vale enfatizar ainda que a expansão do emprego formal agropecuário se deu de forma bastante rápida ao longo da década de 1990, quando se concentra grande parte das intervenções governamentais com o intuito de promover uma dinâmica econômica baseada na modernização das atividades primárias. Verifica-se, no período recente, crescimento vigoroso tanto do número de estabelecimentos e emprego formal como na distribuição deles pelos municípios que compõem a região, passando o número de empresas de 4 para 55, e os empregados de 52 para 2.921, de 1985 para 2002, respectivamente (ELIAS; MUNIZ; BEZERRA, 2007, p. 32-47).

A consolidação do agronegócio no Baixo Jaguaribe materializa processos de transformações locais de todos os aspectos, que passam a determinar novos padrões de organização socioespacial, transformação nas tradicionais estruturas agrárias, amplas alterações nas relações campo-cidade e na divisão territorial do trabalho, bem como sensíveis impactos no meio ambiente. Particularmente no setor ambiental, as externalidades geradas pelas empresas refletem-se no padrão de vida das populações ligadas diretamente ou não às atividades do agronegócio.

11.3 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA ECONÔMICA DO BAIXO JAGUARIBE

Nas últimas décadas do século XX, a microrregião do Baixo Jaguaribe, no nordeste do Ceará, passou a se destacar pelos elevados níveis de crescimento econômico. Os resultados da economia da microrregião estão, certamente, ligados ao desenvolvimento de atividades primárias, que contribuíram para inseri-la nas redes de comércio, tanto nacional como internacional.

Os dados apresentados na Tabela 11.1 representam indicadores demográficos e socioeconômicos dos dez municípios que compõem a microrregião do Baixo Jaguaribe. A população residente da região é de cerca de 313.474 pessoas, sendo o município de Russas o mais populoso com 69.883 habitantes. Em termos de área, o Baixo Jaguaribe se estende por aproximadamente 9.951 Km².

Tabela 11.1 – Indicadores demográficos e socioeconômicos selecionados (Baixo Jaguaribe, 2010)

Município	População	Área	Densidade demográfica	PIB per capita
Alto Santo	16.359	1.338,7	12,2	R\$4.712,45
Ibicuitinga	11.335	424,2	26,7	R\$4.000,43

(continua)

Tabela 11.1 – Indicadores demográficos e socioeconômicos selecionados (Baixo Jaguaribe, 2010) (continuação)

Município	População	Área	Densidade demográfica	PIB per capita
Jaguaruana	32.236	867,3	37,2	R\$7.384,47
Limoeiro do Norte	56.264	751,5	74,9	R\$7.145,92
Morada Nova	62.065	2.779,2	22,3	R\$6.169,23
Palhano	8.866	442,8	20,0	R\$5.287,00
Quixeré	19.412	616,8	31,5	R\$39.997,39
Russas	69.833	1.588,1	44,0	R\$7.950,07
São João do Jaguaribe	7.900	280,4	28,2	R\$5.308,22
Tabuleiro do Norte	29.204	861,8	33,9	R\$5.835,82
Baixo Jaguaribe	313.474	9.951	31,5	R\$9.379,10

Fonte: IPECE (2013); IBGE (2013).

O município com maior densidade demográfica é Limoeiro do Norte (74.9), que é também o segundo mais populoso da região. Entretanto, a densidade demográfica da microrregião é em geral baixa, sugerindo um mercado de trabalho rural de dimensões relativamente elevadas, dada a estrutura agrícola de envergadura significativa que ali tem se desenvolvido.

Dentre os municípios com maior PIB *per capita* destaque especial deve ser dado ao Quixeré, ostentando, nessa variável, valores correspondentes a R\$ 39.997,39, sendo o município que mais cresceu nos últimos anos.

Os dados da Tabela 11.2 ajudam a dimensionar o padrão de crescimento esboçado pelo Baixo Jaguaribe nos anos recentes. O crescimento médio do seu Produto Interno Bruto foi de 19,4%, entre 2005 e 2010. Quixeré teve um crescimento médio de 97,8% no mesmo período, muito embora tenha sido o mais afetado pelo quadro recessivo iniciado no último trimestre de 2008, com um recuo de -31,7% no seu PIB no ano de 2009, quando os efeitos da crise econômica de 2008 se tornaram mais evidentes e severos.

Tabela 11.2 – Produto Interno Bruto a preços de mercado, em R\$ mil (Baixo Jaguaribe, 2005-2010)

Municípios	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Alto Santo	37 997	45 155	51 972	64 910	72 421	77 096
Ibicuitinga	26 404	32 101	29 141	38 409	40 277	45 345
Jaguaruana	117	145	146	184	209	238
	739	685	261	526	210	068

(continua)

Tabela 11.2 – Produto Interno Bruto a preços de mercado, em R\$ mil (Baixo Jaguaribe, 2005-2010) (continuação)

Municípios	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Limoeiro do Norte	270	330	402	490	356	402
	192	732	049	508	309	180
Morada Nova	193	234	265	320	351	383
	659	803	724	942	118	023
Palhano	18 641	22 406	33 356	31 036	38 838	46 890
Quixeré	128	163	178	198	135	776
	897	727	359	347	489	829
Russas	290	346	377	431	441	555
	900	242	166	695	189	646
São João do Jaguaribe	24 732	28 381	29 835	33 992	37 257	41 946
Tabuleiro do Norte	81 331	95 296	100	121	137	170
			116	734	985	464
Ceará	40 935	46 303	50 331	60 098	65 703	77 865
	248	058	383	877	761	415

Fonte: IPECE (2012).

O comportamento do PIB nesses municípios ajuda a compor uma perspectiva do grau de integração da cadeia produtiva do Baixo Jaguaribe aos grandes fluxos de comércio internacional. No entanto, esses mesmos dados evidenciam que as atividades econômicas aí desenvolvidas denunciam alta sensibilidade às flutuações da economia internacional. O fenômeno segue a tendência da economia brasileira na primeira década dos anos 2000, que tem parte da dinâmica de sua demanda agregada condicionada ao contexto internacional favorável no mercado de bens, o qual manteve a expansão do comércio mundial, valorização do preço internacional das commodities e momentos de expansão da liquidez, mas que, graças aos mesmos mecanismos, também torna mais vulneráveis as economias com alto nível de integração à cadeia internacional. Percebe-se, ainda, a elevada assimetria nos níveis de desenvolvimento econômico da região, por meio das disparidades apresentadas pelo PIB nos diferentes municípios.

Outro importante dado acerca de caracterização econômica da região é a estrutura setorial do PIB municipal. Nas unidades municipais de maior porte é mais forte a presença do setor de serviços, em virtude do maior nível de complexidade da economia dessas cidades. Em contrapartida, nos municípios menores a participação de atividades primárias é mais significativa. De forma geral, depreende-se uma forte participação da agricultura na formação do PIB da microrregião em estudo, seja como contribuição direta de agropecuária, como mostrado na Tabela 11.3, seja por seus efeitos de propagação nas cadeias industriais e/ou de serviços, como evidenciado pela literatura.

Tabela 11.3 – Estrutura setorial do valor adicionado a preços básicos, em % (Baixo Jaguaribe, 2009-2010)

Municípios	2009			2010		
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Agropecuária	Indústria	Serviços
Alto Santo	27.8	11.9	60.3	24.4	13.9	61.7
Ibicuitinga	14.5	10.6	75.0	11.6	11.8	76.6
Jaguaruana	20.7	25.1	54.2	16.7	27.6	55.6
Limoeiro do Norte	18.2	20.7	61.1	14.0	21.8	64.1
Morada Nova	13.2	30.2	56.6	12.6	28.9	58.5
Palhano	30.2	9.5	60.3	31.4	10.0	58.6
Quixeré	40.7	12.6	46.7	3.6	6.1	90.2
Russas	7.4	25.9	66.8	10.8	24.3	64.9
São João do Jaguaribe	24.0	10.8	65.2	21.9	12.7	65.4
Tabuleiro do Norte	10.2	18.5	71.3	8.7	21.4	70.0

Fonte: IPECE (2012).

11.4 ESTRUTURA DO MERCADO DE TRABALHO DO BAIXO JAGUARIBE

Os novos processos de acumulação no meio rural conferem às áreas mais desconectadas das grandes cidades a possibilidade de auferirem uma dinâmica econômica de certa envergadura e complexidade, de forma a se inserirem nos fluxos nacionais e internacionais de comércio. Esses fenômenos, certamente, implicaram novos padrões e formas de contratos de trabalho no espaço rural que permitiram/induziram novas determinações das relações de emprego com fortes reflexos no perfil do trabalhador rural.

Nos estudos das relações de trabalho no meio rural, deve-se observar o seguinte: à medida que a agricultura se torna mais mecanizada, as antigas relações de trabalho, características desse setor, vão sendo extintas e em seu lugar surgem novas formas de ocupação. Ao mesmo tempo, novas determinações alteram o comportamento dos trabalhadores rurais, levando-os a assumir novas características, os tornam, por exemplo, mais pluriativos, tendo-se, como consequência, o aumento do desemprego agrícola decorrente desse processo.

Assim, ao longo de várias décadas, o mundo rural foi palco de intenso fluxo de migração de áreas rurais para áreas urbanas, contribuindo para que as atividades primárias fossem se constituindo em uma espécie de reservatório de mão de obra barata, com baixos níveis de qualificação, que poderia ser ocupada ou subocupada em atividades não agrícolas urbanas. Esses movimentos ainda podem ser percebidos de forma ainda intensa em regiões cujas áreas rurais sejam significativamente mais atrasadas.

Os estudos sobre as questões do meio rural, nos últimos anos, todavia, sugerem uma suavização desse fluxo espacial. No entanto, o fluxo setorial vem se intensificando à proporção que as atividades não agrícolas ampliam sua participação no número de trabalhadores rurais, o que pode ser caracterizado como um processo de urbanização para além dos limites das cidades. Pode-se considerar, então, uma alteração importante na configuração das relações de migração rural, havendo, pois, substituição de migrações espaciais para migrações setoriais.

Com isso, assiste-se modernamente ao desenvolvimento dos chamados “novos rurais”. Aí a dinâmica da produção dos agronegócios, prática que congrega as redes de produção agrícolas e não agrícolas, mas que estão ligadas ao universo agropecuário, repercute decisivamente na configuração, qualidade e dinâmica do emprego agrícola no Ceará.

Os dados a seguir ilustram as alterações das relações de trabalho no Baixo Jaguaribe, no estado do Ceará. Essa região, como enfatizado em seções anteriores, congrega grandes redes de produção agrícolas que alcançaram um desenvolvimento significativo nos últimos anos e pode servir como um parâmetro para avaliação dos impactos das transformações no mundo rural perante as novas determinações das relações de emprego.

Depreende-se, de início, um crescimento muito mais intenso das atividades não agrícolas, até mesmo no meio rural (que tem taxa de variação maior para esse tipo de ocupação do que o próprio meio urbano, 35,3%, contra 34,1%). Conclui-se que a expansão das atividades não agrícolas é quase que uma decorrência do próprio processo de desenvolvimento agrícola, pois à medida que os arranjos agropecuários se consolidam, os efeitos de encadeamentos gerados tendem a repercutir decisivamente nas atividades não agrícolas. Estas atividades, por sua vez, congregam uma gama de segmentos em que a oferta de emprego é necessariamente muito maior do que a das atividades primárias que as determinaram.

Na análise comparativa entre os censos de 2000 e 2010, o emprego agrícola teve uma redução de 2,6% no total, o que prova serem as atividades primárias, em termos de geração de emprego, muito menos dinâmicas que as atividades não primárias. No entanto, é importante se ter em mente que os empregos no setor primário costumam ser largamente mais precários que os não agrícolas e são exatamente tais tipos de ocupação que tradicionalmente costumam ser destruídos

no processo de modernização do campo. Assim, na dinâmica de criação e destruição de formas e padrões de ocupação no campo, desencadeada por suas novas configurações produtivas, as atividades primárias perdem postos de trabalho no meio rural, onde são mais precárias, e geram postos de trabalho agrícola, mas ocupados por indivíduos do setor urbano que tendem a ter maior qualidade. É necessário atentar que as dinâmicas do mercado de trabalho em cada espaço têm padrões muito distintos, pois à medida que as ocupações agrícolas se reduzem no espaço rural (redução de 10,7% na década de intervalos dos censos) o emprego agrícola urbano vem aumentando (crescimento de 22,3% no mesmo período).

Tabela 11.4 – Dinâmica do mercado de trabalho agrícola e não agrícola (Baixo Jaguaribe, 2000 e 2010)

Situação	2000			2010		
	Não agrícola	Agrícola	Total	Não agrícola	Agrícola	Total
Urbano	45.935	9.558	55.493	61.606	11.688	73.294
Rural	14.392	29.373	43.765	19.474	26.219	45.693
Total	60.327	38.931	99.258	81.080	37.907	118.987

Fonte: Censos Demográficos do IBGE .

Com relação às dinâmicas do mercado de trabalho urbano e rural, percebe-se um volume bem mais intenso na geração de postos de trabalho nas áreas urbanas, que apresentaram variação de 32,1%, ao passo que o mercado de trabalho rural teve uma expansão de apenas 4,4%; vale notar que esse crescimento positivo só foi possível graças a aumento do emprego em atividades não agrícolas, mas ocupadas por indivíduos do grupamento rural.

O novo dimensionamento do mundo rural traz alterações importantes não só em termos de dinâmica do mercado de trabalho, mas também na qualidade das ocupações agrícolas, que passam a assumir uma estrutura mais qualificada em virtude de as atividades não agrícolas contratarem de forma mais formalizada e com melhores níveis de rendimentos, por exemplo. Desse modo, uma das transformações mais interessantes nas relações de trabalho no meio rural certamente é o aumento considerável do nível de formalização das ocupações.

Como resultado da expansão do agronegócio, responsável pela difusão de um novo modelo de produção agropecuária, fazendo destas áreas pontos de conexão de circuitos espaciais da produção do sistema alimentar globalizado, o comportamento endógeno das relações de trabalho vem sendo transformado. Desse modo, a mudança do padrão de produção acompanha-se de um aumento do mercado de trabalho agrícola em moldes capitalistas, especialmente a partir dos anos 1990 (ELIAS, 2006, p. 41).

A Tabela 11.5 traz informações acerca das posições do mercado de trabalho no Baixo Jaguaribe. Verificaca-se aí a expansão das ocupações formais em volume superior às informais (crescimento de 65,9% para as primeiras e de 21,3 para a segunda), aumentando sua participação de 30% para 37% da mão de empregada.

Tabela 11.5 – População rural ocupada segundo posição ocupacional (Baixo Jaguaribe 2000 e 2010)

Posição de ocupação	2000	2010	Variação
Empregados	36.667	49.318	34,5
Com Carteira	10.873	18.041	65,9
Sem Carteira	25.794	31.277	21,3
Trabalho Doméstico	1.599	1.812	13,3
Com Carteira	43	59	37,2
Sem Carteira	1.556	1.752	12,6
Conta própria	12.737	10.315	-19,0
Empregadores	392	223	-43,1
Não remunerados	6.026	1.358	-77,5
Próprio consumo	5.896	9.203	56,1

Fonte: Censos Demográficos do IBGE, 2000, 2010.

Outro ponto a ser destacado é o crescimento da taxa salarial na região, que passa a representar cerca de 68% da população rural ocupada. Posições menos qualificadas com o trabalho por conta própria e os não remunerados apresentaram reduções importantes de 6e 8 pontos percentuais, respectivamente.

Como observa Elias (2006, p. 41),

as profissões ligadas ao setor da agropecuária são as que apresentam o maior número de admissões na região do baixo Jaguaribe. Assim, o mercado de trabalho agrícola tem hegemonia sobre o mercado total de trabalho formal. Desta forma, confirma-se a tendência de expansão da agricultura e de relações capitalistas baseadas no trabalho assalariado.

O mercado de trabalho sofre indícios de um processo de nova territorialização, subordinada às lógicas de reestruturação do espaço agrícola regional. As novas dinâmicas da agricultura determinam as múltiplas faces do perfil dos trabalhadores rurais e modificam até mesmo o mercado de trabalho urbano, dando-lhe novas dinâmicas e configurações, que por sua vez transformam e/ou retransformam o mercado de trabalho agrícola, em um processo de retroalimentação.

Em outras palavras, a dinâmica do mercado de trabalho agrícola segue no rastro das alterações produtivas e se reflete, assim, em profundas modificações no âmbito socioeconômico (ELIAS, 2006).

Há que se observar, no entanto, o surgimento de polos agrícolas nos subespaços do semiárido no interior do Nordeste alinhados às lógicas de produção e consumo globalizado, de que o Baixo Jaguaribe é um exemplo. Esses pólos não são eficientes/suficientes para romper com os tradicionais níveis de pobreza desses espaços, pois, segundo Elias (2006, p. 46), “ocorre com grande produção de riqueza, cada vez mais concentrada, paralelamente a uma enorme produção de pobreza, cada vez mais difundida, além de criar muitas novas desigualdades socioespaciais”.

11.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento de atividades não agrícolas em espaços antes concebidos como sendo exclusivamente rurais e agrícolas cria novas relações de ocupações, que conferem ao mundo rural uma dinâmica baseada no desenvolvimento daquelas atividades que, por sua vez alteram até mesmo a percepção acerca do meio rural, passando a ser compreendido agora como um espaço de reprodução também do capital não agrícola.

Essas novas alterações no padrão de dinâmica e do próprio mercado de trabalho parecem ser um fenômeno consolidado que tende a se diversificar e ampliar à medida que as cadeias produtivas agrícolas e não agrícolas se integrem.

A microrregião do Baixo Jaguaribe no Ceará apresenta um desenvolvimento do mercado trabalho de certa magnitude. Não obstante, nota-se que aí o meio rural sofre rupturas importantes, pois a oferta de trabalho não agrícola tende a ser muito mais elevada que a essencialmente agrícola, até mesmo no mundo rural. Conclui-se, também, que os níveis de formalização no meio rural aumentaram significativamente com a expansão das atividades não primárias, como um indicativo de que os novos padrões de contratos de trabalho no meio rural são de maior qualidade em termos de ocupação. No entanto, esse processo ocorre alheio ao desenvolvimento de políticas públicas que garantam que ele se consolide de forma equilibrada em termos de melhora na condição de vida dos trabalhadores rurais.

REFERÊNCIAS

BALSADI, Otávio Valentim; SILVA, José Francisco Graziano da. A polarização da qualidade do emprego na agricultura brasileira no período 1992-2004. *Revista Economia e Sociedade*, Campinas, v. 17, n. 3, p. 493-524, dez. 2008.

CORDEIRO NETO, José Raimundo; ALVES, Christiane Luci Bezerra. Ruralidade no vale do submédio São Francisco: observações a partir da evolução econômica do pólo

Juazeiro-BA – Petrolina-PE. **Revista Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (IDEAS)**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 324-361, jul.-dez. 2009.

ELIAS, Denise. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. **Revista Eletrônica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 10, n. 218 (03), 2006.

_____. Ensaios sobre os espaços agrícolas de exclusão. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 9, n. 8, p. 29-51, jan.-jun. 2006.

ELIAS, Denise; MUNIZ, Alexandra; BEZERRA, Juscelino. Agronegócio e reorganização das relações de trabalho agrícola no Baixo Jaguaribe (CE). **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, n. 1, p. 32-47, jan./mar. 2007.

GUILHOTO, Joaquim José M.; AZZONI, Carlos Roberto; ICHIHARA, Sílvio Massaru. **A participação da agricultura familiar no PIB do Ceará**. Fortaleza: Instituto Agropolos do Ceará, 2009.

GOMES, Iara Rafaela. Globalização e novas regiões produtivas no nordeste brasileiro. **Mercator**, v. 9, n. 20, p. 57-74, set./dez. 2010.

ORTEGA, Antônio César; GARLIPP, Ana Alice D.; JESUS, Clésio M. de. Terceirização e emprego rural na agricultura do cerrado mineiro: os casos da mecanização no café e na cana-de-açúcar. In: CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano da (Org.). **O novo rural brasileiro: novas atividades rurais**. Brasília, DF: Embrapa, 2004. v. 6. p. 95-124.

PEREIRA Jr, Edilson. Economia política da urbanização da região do Baixo Jaguaribe-CE: dinâmica populacional e novas formas de consumo, emprego e renda. **Geosul**, Florianópolis, v. 20, n. 40, p. 129-146, jul.-dez. 2005.

PRONI, Marcelo Weishaupt. Mapeamento do trabalho agrícola no Brasil. In: MORETTO, Amilton; KREIN et al. (Org.). **Economia, desenvolvimento regional e mercado de trabalho do Brasil**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, 2010. p. 139-178.

SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura familiar e emprego no meio rural brasileiro: análise comparativa das Regiões Sul e Nordeste**. Parcerias Estratégias, Brasília, DF, CGEE, n. 22, jun. 2006. p. 217-244.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1998.

VASCONCELOS, José Romeu de (Coord.); ALMEIDA, Manoel Bosco de; SILVA, Almir Bittencourt da. **Ceará: economia, finanças públicas e investimentos nos anos de 1986 a 1996**. Brasília, DF: IPEA, 1999. (Texto para Discussão, n. 627).